

PARQUES URBANOS EM ALAGOAS: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Rosineide Nascimento da Silva

UFAL – Universidade Federal de Alagoas; rosineideg7@gmail.com

Marcos Antonio Silvestre Gomes

UFAL – Universidade Federal de Alagoas; rosineideg7@gmail.com

RESUMO

Nas cidades, os espaços de vegetação são difundidos e comumente compreendidos como necessários ao bem-estar de todos, no entanto, se caracterizam também como elementos que diferenciam parcelas do espaço urbano e contribuem para a segregação socioespacial. Dentre o conjunto dos “espaços verdes”, destacamos nesta análise os parques urbanos do Estado de Alagoas, em especial os das cidades de Arapiraca e Maceió, que têm características diferenciadas. Caracterizamos e compreendemos os parques quanto aos seus usos, funções e potencialidades, subsidiados pela metodologia proposta por Gomes (2005). Realizamos levantamentos bibliográficos, pesquisas de campo, consultas aos órgãos públicos, entrevistas aos usuários dos parques etc. Entre outros resultados, foi constatado que os parques em Alagoas não são implantados segundo as necessidades das comunidades aonde se localizam. Circunscrevem-se no âmbito de interesses políticos específicos, alheios à consulta e interesse públicos. São espaços cuja infraestrutura e vegetação varia em função das características do bairro e perfil socioeconômico da população, apresentando-se desprovidos de atrativos quando se situam nas áreas mais carentes. Concluímos, portanto, que os parques urbanos em Alagoas não cumprem efetivamente as funções para as quais, no discurso oficial, foram criados. Distribuem-se irregularmente no espaço urbano, apresentam inúmeras deficiências em infraestrutura e têm pouca associação com os elementos da natureza, compondo-se, em geral, parte decorativa dos projetos, o que contradiz a reverência ao “verde” e à natureza, imputada pelo poder público.

Palavras - chave: Espaço urbano. Parques. Alagoas.

1- INTRODUÇÃO

Atualmente, uma das temáticas mais discutidas internacionalmente está fundamentada na necessidade de conservação da natureza, como consta nos eventos científicos e agendas políticas mundiais. Pautados nesta temática e nas discussões advindas, muitos espaços são demarcados e difundidos como ideais para a manutenção da fauna e flora, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a exemplo dos parques, áreas verdes, áreas de proteção ambiental etc.

As duas maiores conferências já realizadas pelas Nações Unidas para debater o meio ambiente¹ não lograram efeitos que viessem a surpreender o planeta. Assinaram-se documentos, discutiram e aprovaram intenções, como a Agenda 21², mas efetivamente não houve mudanças na lógica do desenvolvimento nem na política urbana mundial, em especial nos países mais pobres. A lógica da sustentabilidade³ imposta pelas Nações Unidas também pressupõe a criação, delimitação de “espaços verdes” urbanos e rurais, mas nada diz sobre aonde devem ser implantados estes espaços, em que condições, para quem e com quais finalidades. Não considera a sociedade dividida em classes e não compreende a cidade como um espaço fragmentado, disputado e segregado. Desse modo, afirma Gomes (2009, p. 89-90),

O grande apelo “ambiental” vivenciado ao longo da segunda metade do século XX se reporta, entre outros, ao aumento da qualidade de vida nas cidades. Este apelo, intensificado pela deterioração do meio físico, poluição excessiva dos rios, do ar, redução dramática da cobertura vegetal etc., está ligado também às ideias, noções de conservação ambiental como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. A criação e implantação de parques em muitas cidades, [...], se relaciona ao conjunto de diretrizes imposto pelas Nações Unidas como forma de promover o desenvolvimento sustentável [...] A partir da Segunda Guerra Mundial, com a expansão da atividade industrial em diversas cidades do mundo e o agravamento das condições ambientais e de vida nas grandes cidades, os parques aparecem relacionados, entre outros, ao apelo crescente ao verde, à natureza. Diferentemente das ideias, propostas que ressaltam as qualidades do campo, como ocorreu no século XVIII, surgem revestidos de discursos que se expressam pela necessidade de dotar os espaços urbanos de áreas verdes e de lazer, possibilitando maior qualidade ambiental (GOMES 2009, p. 89-90).

¹ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, Estocolmo, 1972, e Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, Rio de Janeiro, 1992.

² Documento de intenções assinado, durante a CNUMAD, por diversos países, onde estão fixadas as diretrizes, caminhos para a promoção da “sustentabilidade”, na lógica capitalista de produção e consumo.

³ Sobre este assunto, consultar, entre outros, Shiva (1989), Nobre (2002) e Rodrigues (2006).

A partir da década de 1970 eclodiram muitos parques em diversas cidades do Brasil e do mundo. Como exemplo, “foram criados mais de 30 parques em Curitiba-PR (RECHIA, 2003), 24 em São Paulo-SP (BURGOS, 2003), 07 em Salvador-BA (SERPA, 2007) e 15 em Ribeirão Preto-SP” (GOMES, 2009, p. 90). Parques foram criados utilizando-se dos mais diversos discursos, de acordo com variados interesses tanto do poder público e empresas privadas quanto da população.

Na cidade de Ribeirão Preto, muitos parques foram criados, em especial, após a década de 1990, galgando-se do discurso ambientalista pós-92. No entanto, o poder público municipal, muitas vezes utilizando-se de parcerias com a iniciativa privada, preferencialmente implantou parques nas zonas ocupadas pelas camadas de mais alto poder aquisitivo. Privilegiou as parcelas da cidade já supridas de outros serviços públicos, favoreceu o mercado imobiliário porque se utilizou dos parques para promover a venda dos empreendimentos do entorno e contribuiu para o aumento da diferenciação socioespacial em Ribeirão Preto, agravando a problemática socioambiental urbana (GOMES, 2009).

Nesta análise não apresentamos como foco principal a discussão do parque enquanto espaço ligado à dinâmica imobiliária, como é tratado em estudos importantes como o de Gomes (2009) sobre Ribeirão Preto, o de Serpa (2007) sobre Salvador e Paris, e o de Henriques (2009) sobre Salvador, São Paulo e Florianópolis. Apontamos esta questão como fundamental para a compreensão do parque enquanto equipamento urbano, mas também discorreremos sobre os interesses, estratégias e usos da natureza no espaço urbano, destacando a dinâmica dos parques em cidades do Estado de Alagoas.

Mesmo diante da intensificação das preocupações e debates sobre a natureza, pode-se afirmar que nas cidades a vegetação natural encontra-se cada vez mais escassa, fragmentada. A natureza e seus elementos tornaram-se artificiais porque planejados e implantados pelo homem, segundo seus interesses, suas estratégias de lucro. Contraditoriamente, o discurso que induz a criação de áreas verdes e de conservação ambiental no espaço urbano é o mesmo que, na prática, nega a natureza em seu estado “natural”⁴.

⁴ Para o escopo desta análise, compreenda-se como natureza em seu estado natural as áreas de vegetação natural as quais não sofreram intervenções humanas, ou seja, a natureza constituída por si, diferentemente daquela comumente presente nos “espaços verdes” urbanos, como praças, parques, áreas de lazer etc.

Os parques urbanos compõem equipamentos públicos que têm relação com o processo de produção e reprodução das cidades. Induzem transformações imobiliárias em zonas e bairros, compõem o sistema público de lazer, alteram o sistema viário pela necessidade de circulação etc., e assim promovem transformações na dinâmica das cidades e/ou de áreas específicas na malha urbana.

A criação de parques nas cidades está direcionada a diversos interesses e discursos que procuram justificá-la. Como exemplo, pode-se citar o discurso do homem “moderno” sobre a necessidade de espaços que propiciem condições de lazer esportivo e contemplativo, e o discurso que permeia a preocupação com a problemática ambiental urbana.

No âmbito do lazer, os parques são concebidos nas cidades como espaços capazes de propiciar atividades lúdicas, educativas, de recreação e esportivas, entre outros. Na perspectiva conservacionista, os parques urbanos podem constituir uma Unidade de Conservação, onde a biodiversidade constitui-se de uma “variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos [...]; compreende a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (BENSUSAN, 2006).

Sem esgotar outras vertentes investigativas, há perspectivas de análise que compreendem os parques especialmente pela capacidade de contribuir para a conservação da natureza; há aquelas que entendem os parques como espaços importantes na promoção do bem-estar social/psicológico e da “qualidade de vida”, mesmo que estes apresentem uma natureza “artificial”, projetada e implantada; e também outros que, através de uma análise crítica da produção do espaço urbano os compreende como um elemento dotado de intencionalidades no urbano, e não apenas um elemento neutro ou paisagem.

A análise que este trabalho apresenta, entende os parques urbanos como elementos dotados de intencionalidades no urbano e não apenas espaços alheios, neutros. Como diz Gomes (2009, p. 251), “constituem virtualidades no espaço urbano que absorvem e metamorfoseiam os aspectos do real, que incorporam, produzem a ‘natureza artificial’”. Os parques incultam, portanto, uma natureza “rara, fugidia, devastada, resíduo da urbanização e da industrialização” (LEFEBVRE, 1999, p. 36).

Contrariando à lógica que, muitas vezes, permeia a criação de parques, qual seja a lógica do mercado, compreendemos, neste estudo, que os parques urbanos podem ser projetados e implantados como espaços onde existem exemplares da biodiversidade, promovem lazer e

propiciam o conhecimento e contato com a natureza. O planejamento e gestão com comprometimento público tornam-se componente fundamental deste processo.

Como destacado, a criação de parques urbanos muitas vezes encontra-se atrelada a interesses específicos, como a valorização de determinadas parcelas territoriais, cuja ação de incorporadores e especuladores imobiliários é decisiva. Este é o caso, por exemplo, do Parque Dr. Luís Carlos Raya, em Ribeirão Preto, como demonstrou Gomes (2009), e do Parque Burle Marx, em São Paulo, como apontado por Barroso (2007). Há também parques que são implantados visando interesses políticos/eleitoreiros, sendo utilizados como *marketing*/marca das gestões públicas que os conceberam. São exemplos, o Parque Prefeito Luiz Roberto Jábali, em Ribeirão Preto-SP (GOMES, 2009) e o Parque Prefeito Nivaldo Jatobá, em São Miguel dos Campos-AL, como constatamos nesta pesquisa, que compreende a produção do espaço urbano em seu processo contraditório, considerando a lógica capitalista de produção do espaço.

Fundamentado nas discussões teóricas estabelecidas, apontamos como objetivo central deste texto a caracterização e análise dos parques em cidades do Estado de Alagoas. Destacamos alguns aspectos destes parques que permitem sua compreensão no âmbito dos estudos dos espaços verdes, discursos e práticas concernentes aos seus usos, funções e funcionalidades. Ou seja, discutimos os parques em Alagoas como espaços públicos que integram o conjunto de áreas verdes urbanas, articulam-se ao discurso “ambiental” mundial, inserindo-se muitas vezes nas agendas locais que, contraditoriamente, os implantam carentes de vegetação, infra-estrutura e vinculação aos interesses imediatos de grande parte da população. Tornam-se signos das gestões públicas que os conceberam e inserem-se no circuito mercantil de produção e consumo do espaço urbano.

2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução deste trabalho, que parte de uma análise crítica da realidade, realizamos levantamentos bibliográficos sobre a problemática em estudo considerando trabalhos já realizados na área e discussões que dessem suporte à nossa opção teórica, como Lefebvre e Harvey; fizemos, mais especificamente, consultas em órgãos públicos com o intuito de identificar os parques existentes nos municípios; levantamentos de campo nos municípios onde foram

localizados os parques caracterizando-os em seus aspectos de vegetação e equipamentos, além da investigação sobre seus usos; consultas e análises dos projetos arquitetônicos dos parques para compreender a concepção original dos projetos e a fase de implantação que se encontravam; entrevistas abertas a alguns de seus idealizadores e representantes do poder público municipal para compreender as ideias e os motivos que levaram a conceber tais projetos. Esta última etapa permitiu a compreensão das estratégias de criação destes espaços.

Como um dos critérios teórico-metodológicos de análise, utilizamos a proposta de Gomes que em sua dissertação de mestrado caracterizou e analisou as praças públicas da cidade de Ribeirão Preto-SP, em 2005. Esta proposta proporcionou o levantamento e organização dos dados de campo, através de um formulário específico, e auxiliou na caracterização e análise dos parques etc. Além disso, aplicamos questionários, com questões abertas e fechadas, aos usuários dos parques para compreender a percepção e a vivência dos mesmos e suas relações com estes espaços. Optamos por esta metodologia porque permitiu a otimização do trabalho de campo, através da coleta e organização dos dados, demonstrando-se, assim, adequada a esta análise. Nos anexos 1 e 2 encontram-se o formulário e o questionário utilizados, respectivamente⁵.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, oriundo de uma discussão mais ampla⁶, verificamos que o Estado de Alagoas (Figura 1) apresenta, entre os municípios cuja população atingiu 40.000 habitantes no

⁵ A análise deste artigo não esgotam as questões levantadas em campo, incluindo as entrevistas.

⁶ Este trabalho é parte das discussões do relatório de pesquisa “Parques urbanos de Alagoas: espacialidades, usos, funções e estratégias de ações públicas”, desenvolvido com o apoio do Programa PIBIP-AÇÃO 2007/2008 (PROEX-UFAL).

ano 2000, cinco⁷ parques urbanos, distribuídos em quatro municípios: Arapiraca⁸, Atalaia⁹, Maceió¹⁰ e São Miguel dos Campos¹¹. Estes parques tanto apresentam aspectos singulares quanto elementos semelhantes em seus projetos, usos e concepções¹².

Analisando-se os contextos em que os parques se inserem no espaço urbano, podemos afirmar que estes, em sua maioria, apresentam usos e funções limitados, mesmo diante de algumas potencialidades vislumbradas ao longo das visitas de campo e análises subsequentes. Isto ocorre porque, muitas vezes, estas potencialidades não são observadas e/ou consideradas pelos órgãos públicos municipais no momento de elaboração e execução do projeto.

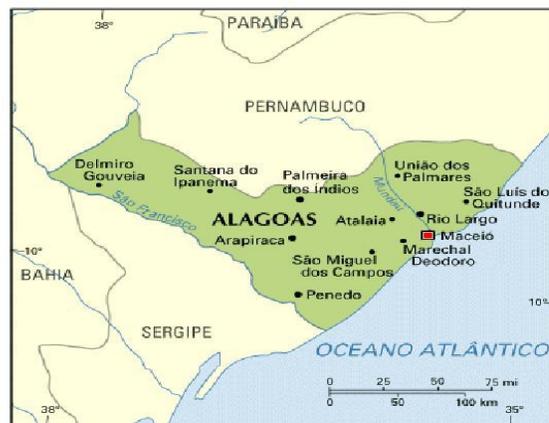


Figura 1: Localização de alguns municípios do Estado de Alagoas.

Fonte: <<http://www.webcarta.net>>. Acesso em: 25/02/08.

⁷ Durante a realização da pesquisa estava em fase de implantação o Parque Lago da Perucaba, na cidade de Arapiraca. Desta forma, dados os critérios deste estudo, este parque não foi incorporado às análises.

⁸ O município de Arapiraca está localizado no Agreste Alagoano e se constitui no segundo mais importante do estado, com população estimada, em 2009, em 210.521 habitantes, e PIB de 1.308.222 mil reais no ano de 2007, de acordo com o IBGE. (Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em fevereiro de 2010.)

⁹ O município de Atalaia se localiza na Zona da Mata Alagoana e apresenta população estimada em 53.023 habitantes, no ano de 2009, com PIB de R\$ 168.513 mil reais, em 2007, conforme o IBGE. (Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em fevereiro de 2010.)

¹⁰ O município de Maceió, situado no Litoral Alagoano, cuja sede constitui a capital do Estado de Alagoas, apresentou em 2009, 936.314 habitantes e PIB de 8.509.919 mil reais (2007), segundo o IBGE. Constitui-se no mais populoso e mais importante município do Estado. (Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em fevereiro de 2010.)

¹¹ O município de São Miguel dos Campos situa-se na Zona da Mata Alagoana. Em 2009, segundo o IBGE, a população era estimada em 54.064 habitantes, e o PIB no ano de 2007 correspondia a 545.431 mil reais. (Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em fevereiro de 2010.)

¹² Iniciamos a formulação do projeto de pesquisa que originou este estudo tendo como um dos critérios metodológicos a utilização do Censo 2000, do IBGE. No entanto, neste artigo, atualizamos os dados referentes à população e PIB dos municípios que analisamos.

As propostas e iniciativas de criação de parques urbanos ainda é recente em Alagoas, considerando-se os antecedentes que explicam a proliferação de parques em muitas cidades brasileiras de estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pará etc. cujos primeiros parques datam ainda do século XIX. Apenas o Parque Municipal de Maceió, parte desta análise, foi criado por lei, em 1978. Os demais parques surgiram como iniciativas de gestões públicas após a década de 1990, não tendo lei específica que os criem e/ou estabeleçam restrições e critérios de uso.

No que concerne aos aspectos da vegetação, a maioria dos parques analisados apresenta várias deficiências. A presença deste elemento nestes parques poderia contribuir para o uso efetivo devido às amenidades climáticas e outros efeitos positivos advindos da vegetação. Este fato, fundamentalmente, estaria de acordo com as prerrogativas do poder público quando associam estes espaços a estas funções, mas, contraditoriamente, suas ações não privilegiam, na prática, tais aspectos.

A vegetação, elemento fundamental das áreas verdes como deveria ser nos parques, não deve ser concebida como mera decoração nas cidades, pois proporciona, direta ou indiretamente, inúmeros benefícios socioambientais. Dentre estes podemos destacar a promoção de conforto térmico pela diminuição das temperaturas; melhoria da qualidade do ar; controle da erosão causado pela proteção radicular da vegetação; promoção da biodiversidade, favorecendo a conservação da vida silvestre; promoção de lazer, recreação e ecoturismo; melhoria das relações humanas psico-sociais, promovendo a saúde física e mental das pessoas etc. (SBAU, 2004).

Como esta não é a realidade de grande parte dos parques de Alagoas, estes espaços públicos culminam em locais, na maioria dos casos, utilizados apenas para passagem, passeios e distrações/conversas, quando poderiam ser utilizados para outros usos e funções. Embora possuam diversas limitações em termos de funcionalidade e utilidade, ressalte-se que, na maioria dos casos, estes constituem os únicos espaços públicos de lazer para a população de menor poder aquisitivo. Este é o caso, por exemplo, do Parque Público de Lazer Virgem dos Pobres (Figura 2), situado na periferia pobre da cidade de Atalaia, cuja análise remete a gritante necessidade de vegetação e manutenção de alguns estratos vegetais presentes (Figura 3) bem como diversificação e manutenção dos equipamentos de lazer.

Constatamos, em visitas de campo, que não há neste parque árvores de portes grande e médio que favoreçam as condições climáticas e de arejamento no local. Suas árvores de pequeno porte são insuficientes, pois se apresentam sem cuidados adequados e em pequenas quantidades.

Enfim, verificamos que este espaço é carente tanto em vegetação quanto em equipamentos que possibilite o uso efetivo pela população. Suas potencialidades são limitadas por questões de interesse político/público. Esse fato tende a comprometer as funções e usos deste espaço enquanto local público de lazer e área verde.



Figura 2. Aspecto parcial do Parque Público de Lazer Virgem dos Pobres. Fonte: Pesquisa de campo (2007). Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Autor: Juliana F. Vieira.



Figura 3. Vista parcial de alguns vegetais do Parque Público de Lazer Virgem dos Pobres. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Autor: Juliana F. Vieira

Situação semelhante ocorre com o Parque Multieventos Prefeito Nivaldo Jatobá (Figura 4), localizado em São Miguel dos Campos. Grande parte deste parque é destinada a realização de eventos culturais, especificamente, da tradicional Festa de São João, no mês de junho.

Embora integre o projeto de urbanização da margem direita do Rio São Miguel (Figura 5), elaborado em 2004, sob a gestão do então prefeito Nivaldo Jatobá, notamos insuficiência e maus-tratos na vegetação e carências de equipamentos de lazer.

Nos locais distantes do palco de eventos, um dos grandes atrativos do parque, a situação se agrava, pois a vegetação encontra-se escassa e, na sua existência, degradada, como ocorre com o gramado e algumas espécies de pequeno porte espalhadas ao longo do parque. Também é um espaço carente em equipamentos, manutenção etc., o que dificulta o uso enquanto espaço de lazer, ecológico, entre outros.

Este parque, todavia, apresenta características que possibilitam a implantação de um importante plano de arborização no local, tendo em vista que nas ruas da cidade as árvores são escassas, e devido estar localizado nas margens do Rio São Miguel. Dentre as características que justificam o plano, têm-se: o parque situa-se na área central da cidade, proporcionando facilidade de acesso; margeia o Rio São Miguel, que sofre um intenso assoreamento; e ocupa uma área estipulada em, aproximadamente, três quilômetros quadrados de uma extremidade a outra, abrangendo muitas residências no entorno.



Figura 4. Vista panorâmica do Parque Multieventos Prefeito Nivaldo Jatobá.

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Autor: Juliana F. Vieira.



Figura 5. Aspecto do muro de arrimo para contenção das águas do rio, no Parque Multieventos Prefeito Nivaldo Jatobá. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Autor: Juliana F. Vieira

Por tratar-se de uma área que margeia o Rio São Miguel e ser parte da área de vazante deste rio, o parque deveria ser constituído de espécies vegetais que pudessem ajudar na recomposição da mata ciliar, por exemplo. Recomendamos, pois, o plantio de espécies vegetais nativas à região, cuja vegetação predominante é do tipo floresta subperenifólia, com partes de floresta subcaducifólia e cerrado/floresta. Este procedimento possibilitará, entre outros, a amenização da temperatura, especialmente em alguns horários, como nas tardes. Também será importante para a recomposição da fauna local e proteção do curso d'água contra solapamento, desmoronamento de suas margens etc.

Concluimos, desse modo, que as potencialidades deste parque poderiam ser expandidas, em especial aos atrativos de lazer às funções ecológicas que poderia desempenhar na malha urbana do município de São Miguel dos Campos. Enquanto isso, o parque mantém-se, em grande parte dos meses, vazio, ocioso na maior parte dos dias, em especial no horário diurno.

No que se refere ao Parque da Praia de Pajuçara (Figura 6), situado em Maceió, este tem se constituído em um equipamento relevante para o turismo na capital, em decorrência do embelezamento da orla marítima e dos serviços de bares e restaurantes que agrega, além da sua estrutura esportiva e de eventos.

No que concerne à vegetação deste parque, notou-se suficiente em termos de árvores de portes grande, médio e pequeno, além de seu gramado tratado adequadamente e seus extratos

arbustivos (Figura 7). Enfim, o parque se caracteriza pela satisfatória arborização e tratamento paisagístico adequado às suas finalidades.



**Figura 6. Vista parcial do Parque da Praia de Pajuçara. Fonte: Pesquisa de campo (2007).
Autor: Juliana F. Vieira**



**Figura 7. Observação de algumas espécies vegetais presentes no Parque de Pajuçara. Fonte:
Pesquisa de campo (2007).
Autor: Juliana F. Vieira.**

No entanto, cabe destacar que a implantação e revitalização constante deste parque trouxeram prejuízos à dinâmica da área costeira de Maceió. Houve a remoção da vegetação litorânea, fixadora da areia da praia, e conseqüentemente, a destruição do habitat natural de inúmeras espécies de animais marinhos. Com efeito, nota-se a paisagem predominante de coqueiros e gramados, espécies exóticas a este habitat, e os transtornos advindos com a ocupação dos caminhos e calçadas pela areia movediça em determinados meses do ano. Além disso, há a agressividade ambiental dos esgotos que desembocam na praia, situação agravada nos meses de chuva intensa (maio a agosto).

Em síntese, cabe salientar que, como ocorre com os demais parques do estado, o Parque da Praia de Pajuçara também não foi projetado com as devidas preocupações ambientais, mas direciona-se essencialmente ao melhoramento estético de Maceió enquanto destino turístico. Ou seja, com a execução do projeto do parque têm-se a clareza de que ao poder público interessa, sobretudo, a orla marítima enquanto cenário e não como espaço necessário à conservação do ambiente costeiro.

No que se refere ao Parque Municipal Ceci Cunha (Arapiraca) e Parque Municipal de Maceió, que damos destaque neste estudo, optamos em realizar, para o propósito deste artigo, uma análise um pouco mais aprofundada porque apresentam características diferenciadas e apresentam-se imensamente relevantes para o contexto desta abordagem. Estes parques demonstram quão diversificados são os propósitos, as funções e os cuidados do poder público quando da implantação e manutenção de espaços desta natureza.

3.1 Parque Municipal Ceci Cunha – Arapiraca/AL

Constamos que existem poucas áreas de vegetação nativa no município de Arapiraca e a ausência de áreas verdes demarcadas por lei é marcante tanto na zona urbana quanto na rural. Contudo, além das poucas praças espalhadas no espaço urbano, um dos poucos espaços públicos que permite o uso efetivo é o Parque Ceci Cunha, situado na área central e que, atualmente, se constitui no principal espaço de lazer para a população, apresentando uma área de 11 mil metros quadrados.

O Parque Municipal Ceci Cunha foi implantado, em etapas, a partir da década de 1990, porém adquiriu as características atuais nos últimos cinco anos, na gestão do então prefeito.

O espaço onde hoje se localiza o parque, até a década de 1960 se constituía em um espaço vazio e alagadiço, onde existia a lagoa das Olarias (Figura 8), área de várzea do riacho Piauí. Como o espaço se tornou “marginalizado”, desvalorizado e pouco atrativo, para a Prefeitura era preciso dotá-lo de infraestrutura e torná-lo um espaço não adjacente, mas coeso à área central. Dessa forma, houve o aterramento da área da lagoa, canalização e ocultação das águas poluídas do riacho para a construção do Parque Ceci Cunha, que desencadeou profundas alterações tanto sociais quanto físicas nas imediações (Figura 9). Uma dessas mudanças é a

crecente valorização dos imóveis e bairros adjacentes, como demonstrado em pesquisa mais ampla (GOMES, 2008).



**Figura 8. Antiga Lagoa das Olarias em 1960, antes da construção do Parque Ceci Cunha.
Fonte: Plano diretor de Arapiraca (2005).**



**Figura 9. Vista panorâmica do Parque Ceci Cunha em 2003.
Fonte: Plano diretor de Arapiraca (2005).**

A intervenção no Riacho Piauí permitiu a ocultação da natureza, já degradada. Nessa perspectiva, o riacho, poluído, não seria um atrativo condizente, segundo os projetistas do parque, com a concepção que se almejava para uma obra que se objetivava transformar em um marco de gestão e em uma referência positiva para Arapiraca. Assim, a área que anteriormente

era improdutiva passou por significativas transformações em diversos aspectos e alterou a dinâmica local, com a mudança no perfil dos imóveis e em seus usos.

A natureza, neste parque, foi recriada com a introdução de elementos cênicos, como gramado, jardins, lagos artificiais em substituição ao lago natural que havia, entre outros. Assim, observamos que a natureza recriada neste espaço atua como elemento valorativo ao lugar, obedece a critérios estéticos, quando deveria ser tratada para além desses interesses (Figuras 10 e 11).

A vegetação implantada no parque, apesar de encontrar-se em condições satisfatórias, quantitativa e qualitativamente, apresenta significativa carência de espécies de portes médio e grande que poderiam proporcionar maior conforto térmico/ambiental. Existem cerca de 80 espécies vegetais diferentes no parque, segundo a Prefeitura, entretanto, se encontram em fase de crescimento.



**Figura 10. Aspecto parcial do Parque Ceci Cunha, 2008.
Fonte: Pesquisa de campo (2008).
Autor: Luana T. S. Farias**



Figura 11. Representação do Parque Ceci Cunha no final de tarde.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Autor: Luana T. S. Farias

Em síntese, notamos na cidade de Arapiraca uma carência generalizada em arborização, cuja deficiência chega a 98,81% na área central (ROMÃO, 2008). Nesse sentido, apesar de o Parque Ceci Cunha ser importante na cidade, em termos de lazer ativo e contemplativo, apresenta limitações no que concerne à prática da conservação e educação ambientais, tendo em vista que não foi planejado com esse intuito. Atualmente está ocorrendo a extensão deste parque, com a implantação do “Bosque das Arapiracas”, que, segundo o poder público, irá contemplar estes aspectos. Enfatizamos a necessidade de criação de lei municipal para este parque, de forma que estabeleça critérios de intervenção neste espaço.

3.2 Parque Municipal de Maceió – Maceió/AL

Este parque se constitui em uma unidade de preservação ambiental, criada em Junho de 1978, sob a Lei de Nº 2.514. É prescrito no Código Municipal do Meio Ambiente, Capítulo II, Art. 66, como área de preservação permanente (Figura 12). Situa-se em área pobre da cidade de Maceió, entre os bairros de Bebedouro e Tabuleiro do Martins, compreendendo uma área de 82,4ha e está inserido na microbacia do Riacho do Silva, que o corta em quase toda sua extensão. Este fato acarreta a transposição de águas poluídas, provenientes das residências do entorno, que atravessam o parque e desaguam no Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba, que margeia a cidade de Maceió.

Entre as funções e funcionalidades deste parque notamos: preservação dos ecossistemas existentes (Figura 13), promoção de atividades esportivas, lazer, promoção da educação ambiental e incentivo à pesquisa científica, embora tenha carências em infraestrutura. Assim sendo, é visitado por pessoas que buscam, dentre outras finalidades, a tranquilidade do local.



Figura 12. Entrada do Parque Municipal, após reformas recentes.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Autor: Juliana F. Vieira.



Figura 13. Aspectos de alguns estratos vegetais preservados no Parque Municipal.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Autor: Juliana F. Vieira.

O parque apresenta cinco trilhas ecológicas ao longo de seu percurso, denominadas: Trilha da Aventura, Trilha Principal, Trilha da Mata, Trilha da Paz e Trilha do Pau Brasil. Além disso, possui um viveiro com capacidade de produzir cerca de 100 mil mudas anualmente, destinadas ao reflorestamento do parque e à arborização urbana de Maceió. Este é um aspecto importante deste parque porque contribui para a melhoria das condições ambientais de Maceió para além dos seus limites físicos.

Considerando os aspectos vegetais, cerca de 90% da área do parque é coberta por espécies nativas da Mata Atlântica (Floresta Latifoliada), como sucupira (*Bowdichia virgilioide*), pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*), embaúba (*Cecropia pachystachya*), pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), embiriba (*Eschweilera luschnathii*), peroba (*Paratecoma peroba*), cedro (*Cedrela odorata*), ipês (*Tabebuia*), vanila (*Vanilla planifolia*), canistrum (*Canistrum alagoanum*), helicônia (*Heliconia pendula*), dendê (*Elaeis guineensis*), entre outras. A espécie *Bambusa sp*, abundante no interior do parque, desencadeia problemas, como o impedimento da regeneração natural da mata (Plano de Manejo em Projeto do Parque Municipal de Maceió, 2003-2005) . Dessa forma, são necessárias medidas que possam controlar esta superpopulação.

Através de análises em outros estudos, foram identificadas, aproximadamente, 253 espécies vegetais, sendo 111 de porte herbáceo, 93 de porte arbóreo e 48 de porte arbustivo (FONSECA, 2007). No que tange à fauna, convém salientar que não há um levantamento das espécies preservadas no parque, necessitando, assim, de um trabalho aprofundado.

Embora este parque apresente grandes potencialidades como umas das poucas áreas de preservação ambiental em todo o Estado de Alagoas, é um espaço público, inserido na área urbana de Maceió, que sofre com diversos problemas de ordens sociais (pressão antrópica ao longo dos últimos anos) e administrativas (marcante necessidade de profissionais qualificados, como biólogos, agrônomos, geógrafos etc.). Notamos que uma das medidas que se fazem urgente para a reintegralização deste espaço e a otimização dos usos é a contratação de profissionais qualificados. Daí a importância de uma equipe multidisciplinar que compreenda o parque para além do espaço físico que ocupa.

O parque é cercado por conjuntos residenciais e/ou ocupações irregulares, geralmente, de famílias de baixa renda, constituindo favelas ou não, mas que têm ocupado gradativamente a área do parque, reduzindo o seu espaço físico. A ausência histórica de políticas eficazes de

habitação em Maceió, principalmente, para a população de baixa renda, é uma das causas que explicam este processo.

Essas ocupações, contudo, tendem a aumentar a quantidade de lixo e esgoto lançados na área do parque e provocar processos erosivos nas encostas que delimitam a sua área. Estas encostas chegam a atingir, dadas as feições do relevo local, 75 metros de altura, o que por si já indica a necessidade de maiores esforços para o controle da ocupação do local.

A pressão que o parque vem sofrendo é desencadeada pela ocupação desordenada da área ao entorno e pela negligência do poder público municipal. Ou seja, apesar de o parque ser mantido e gerenciado pela Prefeitura Municipal de Maceió, durante muito tempo permaneceu negligenciado, esquecido. Além disso, este local também vem sofrendo alterações na sua área devido ao fato de está encravado em um vale, cuja área de encosta corresponde a cerca de 60% de sua área total.

Concomitante a esses fatos, observamos, através de relatos de funcionários, que no interior do parque ocorre prática de crimes, esconderijo de criminosos e depósito de lixo e esgoto. Nos últimos anos, sobretudo, no início da atual década, é notório que a Prefeitura tem desenvolvido ações que visam dotar o parque de infraestrutura e pessoal que permitam e/ou dêem suporte às visitas públicas, contribuindo para a prática do lazer, à educação ambiental e a estudos especializados da biodiversidade local, mas consideramos ainda insuficientes.

Em suma, este parque se constitui em uma das poucas áreas públicas que objetiva preservar o que ainda se tem de fauna e flora nativa da Mata Atlântica em Alagoas, em especial, no município de Maceió. Constitui-se em uma importante área verde, sobretudo, considerando o sítio urbano e as funções que desempenha na cidade de Maceió. Enfim, destacamos a sua importância não somente em relação aos aspectos que contribuem para a “qualidade ambiental urbana”, mas também no que se refere à sua relevância para a preservação de espécies da fauna e flora local. Considerando este quesito, este parque torna-se único em Alagoas e por isso pode contribuir como uma experiência importante para a criação de outros parques tanto em Maceió quanto em outros municípios, como Arapiraca e Delmiro Gouveia, que apresentam outras características fitogeográficas por estarem, respectivamente, nas regiões do Agreste e Sertão.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que buscou analisar os diversos aspectos que permeiam a implantação, usos e funções dos parques nas cidades do Estado de Alagoas, observamos que a maioria destes espaços apresenta muitas necessidades, principalmente no que se refere à cobertura vegetal, equipamentos que permitam usos e públicos diversificados, práticas de educação ambiental etc. Estes aspectos tendem a restringir as funções dos parques enquanto áreas de lazer, de conservação, de recreação, entre outros. Caracterizam-se como espaços públicos, no entanto, muitas vezes apresentam-se projetados para usos específicos e apropriação privada porque se tornam parte do cotidiano de classes específicas, ou seja, aquelas que residem nas proximidades dos parques ou que para eles podem se deslocar.

Muitas vezes, os idealizadores de parques urbanos não elaboram e executam projetos que privilegiem aspectos de conservação ambiental, programas educacionais voltados à prática da cidadania, atividades lúdicas, meio-ambiente, enfim, infraestrutura que possibilite o uso efetivo dos espaços públicos. Essa foi, a grosso modo, a realidade constatada durante as visitas de campo realizadas nos parques, considerando os diversos municípios pesquisados. Com isso, estes espaços muitas vezes apresentam-se vazios por não oferecerem atrativos, portanto, sem significado para a população. São divulgados como “espaços verdes”, ecológicos, nas cidades onde se localizam, mas na maioria das vezes caracterizam-se como espaços sem funcionalidades e desprovidos de vegetação.

Com o levantamento dos parques urbanos de Alagoas, foi possível notar que estes, geralmente, não estão alicerçados em uma legislação específica, com exceção do Parque Municipal de Maceió – área de preservação ambiental –, por isso nada assegura que muitas destas áreas continuarão a se constituir em parque. Como não há leis de criação e de restrições, muitas destas áreas podem vir a mudar de nome e de funções, segundo novas decisões do poder público de acordo com a sucessão de mandatos. Este é um ponto fundamental para a análise e compreensão dos espaços públicos urbanos no âmbito da produção do espaço.

Contrariando a lógica que projeta parques para o mercado imobiliário e para interesses políticos, consideramos que os parques urbanos podem atuar, entre outros, como espaços de sociabilidade, do despertar para o respeito à natureza, de educação para o meio ambiente, de atividades físicas para uma vida mais saudável. Enfim, é necessária a justa distribuição desses

parques nas cidades, a elaboração de leis que dificultem a especulação imobiliária no seu entorno e o favorecimento da participação popular nas decisões quanto à implantação desse instrumento. Não se pode considerar os parques espaços neutros na cidade, por isso devem ser analisados e compreendidos como equipamentos que se vinculam ao processo de produção do espaço urbano segundo a lógica capitalista, que os compreende como “mercadoria”, não que possa ser vendida, mas cuja imagem tem um preço. Este é um debate necessário nos estudos ambientais e urbanos que, particularmente, a Geografia começa a desenvolver.

REFERÊNCIAS

- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BURGOS, R. **Parques públicos urbanos na metrópole paulistana: concepção e uso na produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD. **Agenda 21**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.
- FONSECA, S. A. **Levantamento florístico do Parque Municipal de Maceió**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biologia). Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió, 2007.
- GOMES, M. A. S. **As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.
- _____. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2009.
- _____. (coord.). **Parques urbanos de Alagoas: espacialidades, usos, funções e estratégias de ações públicas**. Relatório de pesquisa de iniciação científica (PIBIP - AÇÃO). Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas, 2008.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 Jan. 2010.

HENRIQUES, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Lei Nº 2424/2006**. Plano Diretor Municipal de Arapiraca. Arapiraca, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **Lei Nº 4.548, de 21 de Novembro de 1996**. Institui o Código Municipal de Meio Ambiente [...]. Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (SEMPMA).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (SEMPMA). **Lei Nº 2.514, de 27 de Junho de 1978**. Dispõe sobre a criação do Parque Municipal de Maceió. Publicado no Diário Oficial do Estado, em 26 de Julho de 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **Plano de Manejo em Projeto do Parque Municipal de Maceió - PqMM**. Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (SEMPMA). Maceió, 2003-2005.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ROMÃO, S. R. L. **A cidade do futuro: agenda 21 Arapiraca**. Maceió: Ideário Comunicação e Cultura, 2008.

SERPA, A. **Os espaços públicos na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SHIVA, V. **Ecodesenvolvimento: os novos limites físicos, sociais e éticos do desenvolvimento – o verdadeiro significado de economia sustentável**. Tradução: Maria Paula Miranda. Aula magna. Siena, 1989.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA (SBAU). In: **VIII Congresso brasileiro de arborização urbana: o verde e a cidade**. Ano XII - nº 01 - 1º semestre. São Paulo, 2004.

**ANEXO 01: FORMULÁRIO APLICADO NO LEVANTAMENTO DE DADOS DOS
PARQUES PÚBLICOS URBANOS DE ALAGOAS**

Data do levantamento:

Nome do parque:

Endereço do parque:

Bairro:

Cidade:

Perfil do imobiliário circunvizinho

() Alto padrão () Médio padrão () Médio/baixo padrão () Baixo padrão
() Residências () Comércio () indústria

Topografia do terreno

() Íngreme () Plana () Muito íngreme

Forma geométrica

() Quadrangular () Circular () Retangular () Triangular () Outra

Aspecto geral do parque

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Equipamentos existentes	Sim	Não	Suficiente	Insuficiente
Iluminação				
Bancos				
Playgrounds				
Calçadas/caminhos				
Lixeiras				
Banheiros/sanitários				
Estruturas esportivas (barras etc.)				
Telefone público				

Banca de revistas

Quiosque de alimentação

Bebedouros

Estruturas para deficientes

Ponto de táxi

Estacionamento

Segurança pública (guardas etc.)

Palco/coreto

Estruturas para idosos (jogos etc.)

Monumentos

Placa de identificação

Espelho d'água/fontes

Ponto de ônibus

Vegetação

Árvore de grande porte

Árvore de médio porte

Árvore de pequeno porte

Árvores frutíferas

Estratos arbustivos/flores

Gramado

OBS.: os equipamentos listados no formulário foram considerados suficientes ou insuficientes de acordo com sua quantidade e qualidade na área correspondente ao parque, assim como a possibilidade de uso efetivo destes pela população. Já a vegetação foi julgada suficiente ou não conforme seu aspecto, a combinação entre seus diversos portes (grande, médio e pequeno) e a dimensão do parque.

**ANEXO 02: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS DOS PARQUES
PÚBLICOS URBANOS DE ALAGOAS**

1. Sexo: () Masculino () Feminino Idade:
2. Estado civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Outro
3. Com que frequência costuma visitar o parque?
- a. () Todos os dias
- b. () Uma vez por semana
- c. () De 2 a 3 vezes por semana
- d. () Somente nos fins de semana
- e. () Somente aos domingos
- f. () Raramente
4. Em que período do dia costuma vir ao parque?
- a. () De manhã até as 8 horas
- b. () De manhã de 8 até as 12 horas
- c. () À tarde entre 12 e 15 horas
- d. () À tarde entre 15 e 18 horas
- e. () À noite entre 18 e 20 horas
- f. () Varia o horário
5. Utiliza o parque com mais frequência para:
- a. () Passear/ distrair-se
- b. () Conversar/encontrar-se com amigos
- c. () Namorar
- d. () Ficar em contato com a natureza
- e. () Outro _____
6. Em sua opinião, a maioria dos usuários do parque contribui para sua manutenção?
- a. () Sim
- b. () Não
- c. () Não sabe
7. Com que frequência você acha que o município realiza programas para conscientizar a população a conservar e utilizar o parque?
- a. () Mensalmente
- b. () Anualmente

- c. () *Às vezes*
- d. () *Sempre*
- e. () *Raramente*
- f. () *Quase nunca*

8. *Em sua opinião o aspecto estético do parque é:*

- a. () *Ótimo*
- b. () *Bom*
- c. () *Regular*
- d. () *Ruim*
- e. () *Péssimo*

9. *Você acha que a localização do parque atende mais às necessidades:*

- a. () *De quem reside no bairro*
- b. () *De quem reside em bairros próximos*
- c. () *Da população em geral*

10. *Você considera os parques, espaços importantes nas cidades?*

- a. () *Sim*
- b. () *Não*
- c. () *Não sabe*

11. *Como você avalia o conforto ambiental/térmico no parque?*

- a. () *Ótimo*
- b. () *Bom*
- c. () *Regular*
- d. () *Ruim*
- e. () *Péssimo*

12. *Você considera a quantidade de funcionários suficientes para a limpeza e manutenção do parque?*

- a. () *Sim*
- b. () *Não*
- c. () *Não sabe*

13. *O que você acha da segurança no parque?*

- a. () *Ótima*
- b. () *Boa*
- c. () *Regular*
- d. () *Ruim*
- e. () *Péssima*

14. *O que você acha da diversidade de equipamentos do parque?*

- a. () *Ótima*
- b. () *Boa*
- c. () *Regular*
- d. () *Ruim*

e. () *Péssima*

15. *Em sua opinião, quais as maiores deficiências do parque? (Citar até duas opções)*

- a. () *Iluminação*
- b. () *Estruturas esportivas*
- c. () *Lixeiras*
- d. () *Estacionamento*
- e. () *Estruturas para deficientes*
- f. () *Playgrounds*
- g. () *Banheiros/sanitários*
- h. () *Estruturas para idosos (jogos, etc.)*
- i. () *Segurança pública*
- j. () *Gramado*
- k. () *Árvores de diversos portes*
- l. () *Outra _____*

16. *Em sua opinião, a quantidade e o aspecto da vegetação do parque, apresentam-se:*

- a. () *Ótimos*
- b. () *Bons*
- c. () *Regulares*
- d. () *Ruins*
- e. () *Péssimos*

17. *Você considera que a atual gestão municipal se interessa mais em:*

- a. () *Melhorar continuamente o aspecto geral do parque*
- b. () *Mantê-lo está atualmente, sem grandes mudanças*
- c. () *realizar reformas, estratégicas, em épocas eleitorais*
- d. () *Divulgar o parque como marca de sua administração*
- e. () *Outro _____*

18. *Você acha que o parque poderia ter maior aproveitamento para:*

- a. () *Prática de atividades físicas*
- b. () *Desenvolver programas educativos relacionados com a conservação da natureza*
- c. () *Lazer/entretenimento*
- d. () *desenvolver atividades que incentive sue uso pela população*
- e. () *Outro _____*

19. *Você considera este parque uma referência positiva para a cidade?*

- a. () *Sim*
- b. () *Não*
- c. () *Não sabe*

20. *Em sua opinião, o que necessita ser melhorado ou implantado de mais urgente no parque?*